

**BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A CENTRALIDADE DO  
TRABALHO E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO ATUAL DE  
MUNDIALIZAÇÃO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL\***

**BREVES OBSERVACIONES SOBRE LA CENTRALIDAD DEL  
TRABAJO Y SU IMPORTANCIA EN EL CONTEXTO DE LA  
GLOBALIZACIÓN DE LA CRISIS ESTRUCTURAL DEL CAPITAL**

**André Luis Amorim de Oliveira\*\***

*andre13tl@gmail.com*

**Marcelino Andrade Gonçalves\*\*\***

*mandradepte@hotmail.com*

**RESUMO**

Mesmo com as inúmeras transformações no mundo do trabalho devido à mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) e sua crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002), o trabalho, em sua nova morfologia (ANTUNES, 1995, 2001), continua sendo uma categoria social de análise fundamental à ciência geográfica e, mais especificamente, à Geografia do trabalho. Isso porque, apesar das mudanças, o trabalho, enquanto atividade produtiva explorada pelo capital, mantém sua centralidade, ainda que esta se manifeste de formas diversas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capital; trabalho; centralidade do trabalho; espaço geográfico; território.

**RESUMEN**

Incluso con los muchos cambios en el mundo del trabajo, debido a la globalización del capital (CHESNAIS, 1996) y su crisis estructural (MÉSZÁROS, 2002), el trabajo en su nueva morfología (ANTUNES, 1995, 2001), sigue siendo una categoría social de análisis fundamental ciencia geográfica, y más concretamente la Geografía de trabajo. Eso es porque, a pesar de los cambios, el trabajo, mientras que la actividad productiva explotado por el capital, mantiene su centralidad, aunque esto se puede manifestar de varias maneras.

**PALABRAS-CLAVE:** Capital, el trabajo, la centralidad del trabajo, el espacio geográfico; territorio

---

\* O presente artigo contém algumas reflexões debatidas na disciplina: Geografia, Trabalho e meio ambiente, ministrada pelo Prof. Dr. Marcelino Andrade Gonçalves, no segundo semestre de 2012, para o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus (CPTL) Três Lagoas – Mato Grosso do Sul.

\*\* Aluno do mestrado do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus (CPTL), bolsista REUNI e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

\*\*\* Prof. Dr. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus (CPTL) – Mato Grosso do Sul.

## INTRODUÇÃO

“Indivíduos produzindo em sociedade – por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada” (MARX, 2011, p. 39). Esta afirmação de Marx remete a uma peculiaridade (e particularidade) exclusiva dos seres sociais: a capacidade de interferir conscientemente na natureza<sup>1</sup> e, na medida em que atua sobre esta, o ser social é capaz de transformar também a si próprio, de diferentes maneiras. Esta capacidade *criativa e diferencial*, exclusiva dos homens, é a atividade prática denominada trabalho.

Com Marx (2004a, 2007)<sup>2</sup> e Lukács (1981<sup>3</sup>), foi possível a elaboração de uma ontologia do ser social fundamentada na atividade essencial/fundamental e que assinala a transformação do ser meramente biológico em um ser social, a atividade produtiva denominada *trabalho* (LUKÁCS, 1981). Isso porque, para estes pensadores, essencialmente, o trabalho enquanto atividade produtivo-criativa exerce uma função elementar/básica no processo de constituição e desenvolvimento humano, ou seja, o surgimento do *ser social*.

Tanto para Marx (2004a, 2007, 2011 e 2013) quanto para Lukács (1981) o trabalho é “núcleo central” que fez (faz) do homem um ser social e, portanto, é o fundamento mais evidente e factível que possibilita a este (ser social) se distinguir dos outros animais, estando, dessa maneira, o trabalho, no centro do processo de humanização, daí a sua centralidade.

Sem o trabalho enquanto *atividade fundante*<sup>4</sup> não seria possível a constituição do ser humano/social enquanto tal, pois antes de tudo o homem precisa submeter à natureza de acordo com suas necessidades surgidas/criadas historicamente, ou seja, o homem via atividade produtiva, precisa, antes de transformar a natureza, para poder, dentre outras coisas, comer, beber, vestir, morar, etc. (MARX, 2007). Isto é, o homem deve (e precisa) satisfazer determinadas necessidades (algumas mutáveis historicamente) individuais e coletivas, criando para isso determinados valores.

Todavia, como esclarece Marx, não é apenas a relação homem e natureza o único elemento essencial de intercambio material posto pelo trabalho, haja vista que o trabalho: “*Em*

---

<sup>1</sup> Por natureza entendemos aquilo que “[...] é composta pelo ser inorgânico (mundo mineral) e pelo ser orgânico (animais e plantas). Assim como as plantas se alimentam do reino mineral, e os animais se alimentam das plantas e dos minerais – os homens apenas podem existir em relação com a natureza: a começar pelo fato de que sem a reprodução biológica dos indivíduos não há sociedade possível” (LESSA, 2006, p. 1).

<sup>2</sup> Por toda a obra marxiana é possível notar a importância que Marx dava ao trabalho (e ao trabalhador). As obras que se destacam nesse sentido são: *os Manuscritos Econômico-Filosóficos* (2004a); *A ideologia alemã*, (2007); *Grundrisse* (2011) e *O capital* (2013).

<sup>3</sup> Especialmente seu, *Para a ontologia do ser social* (1981)

<sup>4</sup> No sentido que funda o ser social distinto, cujas bases estão delimitadas pelo orgânico e inorgânico e que devido o processo de trabalho se transforma em algo qualitativamente novo. Para Lukács: “[...] não seremos capazes de captar sua especificidade (do ser social) se não compreendermos que um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico” (1981, p. 03).

*primeiro lugar, [é] a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, o seu objeto e, em terceiro, seus meios”* (MARX, 2013, p. 256). Ou seja, o ato do trabalho sintetiza um processo dialético entre homem/homem e homem/natureza. Pois,

Na produção, os homens não agem apenas sobre a natureza, mas também uns sobre os outros. Eles somente produzem colaborando entre si de um modo determinado e trocando entre si as suas atividades. Para produzirem, contraem determinadas ligações e relações mútuas, e é somente no interior desses vínculos e relações sociais que se efetua a sua ação sobre a natureza, isto é, que se realiza a produção (MARX, 2010, p. 45).

Nos *Manuscritos Econômico-filosóficos* de 1844, Marx expõe a complexidade que envolve a categoria trabalho da seguinte maneira: 1) *a relação do homem com o objeto, o produto, o resultado da objetivação de seu trabalho*; 2) *a relação do homem com o próprio trabalho, com a sua própria atividade produtiva*; 3) *a relação do homem com a sua vida genérica (a sua genericidade, o seu ser genérico) e, por fim, 4) a relação do homem com outros homens* (MARX *apud* CHAGAS, 2011, p. 6).

Do ponto de vista materialista, a dinâmica dialética do processo de desenvolvimento (do ser natural ao ser social) humano, via trabalho, sempre foi marcado por avanços (e retrocessos) cujos inúmeros desafios enfrentados ao longo da história exigiram (exigem) mudanças. Talvez a maior delas tenha sido a metamorfose de um ser orgânico a um ser social. Essa transição dialética (ou *salto*), como descreve Luckács (1981), é a linha (tênue) que “separou” (ou “distanciou”) qualitativamente o homem dos outros animais em geral. A passagem, no entanto, como observa o próprio Lukács (1981), permanece obscura no que tange a sua identificação substancial. Por isso, este autor expôs o problema da dificuldade do conhecimento imediato e preciso da transformação do ser orgânico em ser social. Para ele, era possível somente um conhecimento *post festum* da passagem, no qual, de acordo com Lukács a “[...] *anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco, e segundo o qual, portanto, o estágio mais primitivo pode ser reconstruído — intelectualmente — a partir do superior, de sua orientação e tendências evolutivas*” (LUKÁCS, 1981, p. 57).

Portanto, se não há uma explicação exata do momento do salto, o fato importante é que, para Luckács, a metamorfose pode ser entendida a partir da práxis capaz de iluminar a consciência social na compreensão do desenvolvimento humano. Deste modo, a consciência é uma qualidade intimamente ligada à prática. Não por acaso, Marx insistia não ser suficiente que o pensamento tenda para a realidade, sendo imprescindível que a realidade tenda ao pensamento. Não por acaso, tendo em vista a compreensão (e a transformação revolucionária) da ordem social capitalista, Marx colocou em perspectiva a dimensão material da vida social, ressaltando que para fazer história os homens, antes de tudo, necessitam comer, beber, vestir, etc.

Não obstante, em meio ao processo de construção histórica/social mediada pela produção da vida material, ocultam-se os fundamentos de um processo de desenvolvimento humano extremamente importante, fundamentalmente, no que diz respeito à constituição do ser social enquanto *ser distinto e único*. Os desdobramentos do processo de trabalho perpassam toda a história humana, com consequências *negativas e positivas*, haja vista que, o movimento processual da realidade é sempre um movimento ancorado em contradições, como dizia Hegel, mas não contradições meramente ideias. Com o trabalho não é diferente! Aqui está uma das “*chaves dialéticas*” sobre o processo de trabalho, a qual Moreira (2009) denomina de *vai-vem dialético*. Isto é, para se materializar em bens úteis, o trabalho necessita da atuação recíproca entre consciência e matéria, as duas atuando juntas, num movimento processual/relacional (i)material<sup>5</sup> (material e imaterial, em unidade).

O trabalho enquanto mediação entre homem/homem e homem/natureza, cujo desenvolvimento implicou em *ruptura relativa e (des)continuidade* com o meio estritamente natural, não se dá simplesmente pela atuação imediata dos homens sobre a matéria (ENGELS, 1979). Isso porque, essa necessidade dialética exige a construção de certos instrumentos/objetos produzidos no próprio ato de trabalho e que contribuem para o desenvolvimento, tanto do trabalho, como do ser social, pois a criação e posterior utilização de determinados instrumentos/objetos, potencializam o rol de interações homem/homem e homem/natureza, abrindo assim, caminho para a ramificação, entrelaçamento e complexificação do ser social e, por conseguinte, da sociedade. Dessa maneira, a aplicação das técnicas no processo de trabalho atua de maneira a liberar o homem da adaptação orgânica, distinguindo-o dos outros animais, inscrevendo, historicizando o processo de trabalho no tempo e no espaço.

Nessa construção social mediada pelo trabalho, os homens vão adquirindo habilidades e conhecimentos específicos por meio da experiência frente aos desafios impostos à sua sobrevivência, ao mesmo tempo em que a atividade propicia a ampliação dos vínculos sociais. Assim, por meio do trabalho, o ser social se estabelece como espécie que se diferencia (porque se “*distancia*”) da natureza, isto é, se “*afasta*” das restrições, limitações e impedimentos específicos do mundo natural e *avança* em direção ao mundo social.

Embora nem todos os atos humanos possam ser redutíveis a atos de trabalho, é o *start up* no desenvolvimento humano motivado pelo trabalho que fez (faz) surgir, no campo histórico, inúmeras outras características próprias dos indivíduos em sociedade. Em outras palavras, a partir do trabalho, outros elementos específicos dos indivíduos em sociedade, desdobram-se em inúmeras facetas. Os próprios instrumentos de trabalho são a prova disso, pois a elaboração de

---

<sup>5</sup> Tomamos aqui emprestada a conceituação de Saquet (2013)

um simples objeto, como um machado, por exemplo, em termos históricos, pôde propiciar o corte de uma árvore, a construção de um abrigo, a reunião de um grupo... o desenvolvimento das forças produtivas, etc.

Dessa forma, o trabalho é o “*ponto de ignição social*”, do qual são desencadeadas inúmeras outras características (ou determinações) que se “*autonomizam*” e se tornam, também, parte essencial à vida dos seres humanos, como é o caso, por exemplo, da ciência, da cultura, da religião, do ócio<sup>6</sup> etc. (LUKÁCS, 1981). Nesse sentido, seguindo os passos de Luckács, Tonet e Nascimento (2006, p. 4), dirão: “[O trabalho] é o único que faz a mediação entre o ser natural e o ser social. Outros atos, como linguagem e socialidade, embora indissociáveis do trabalho desde o seu primitivo instante, são, eles mesmos, uma mediação para a realização do trabalho e, depois dele, de outras atividades humanas”. E mais, que o “[...] trabalho também é o fundamento do ser social porque é por meio dele que são produzidos os bens materiais necessários à existência humana e porque, em consequência disto, ele – o trabalho – sempre será a base a partir da qual se estruturará qualquer forma de sociabilidade” (idem).

Porque trabalho é um processo no qual o ser social transforma a natureza e a si próprio, haja vista que por intermédio do trabalho, amplia-se o rol de relações sociais, troca de experiências, acúmulo de conhecimento etc. O ser social, ao objetivar sua criatividade via trabalho, é capaz de produzir, elaborar, construir uma variedade quase infinita de coisas, mas tal construção depende das relações sociais que consubstanciam o processo de produção da vida material. Nesse sentido, a dinâmica social que envolve este processo é sempre coletiva.

Portanto, todo ato de trabalho, já que voltado ao atendimento de alguma necessidade concreta/real, historicamente determinada (no sentido de suprir as carências materiais e espirituais do homem), remete para além de si próprio. Isto é, as consequências objetivas e subjetivas correspondentes ao processo de trabalho não estão restritas e/ou limitadas aos produtos criados pelo trabalho, mas se desdobram por toda a história humana/social. Marx (2002) deixa claro este aspecto potencial, ao expor que, no processo de trabalho, o homem coloca em movimento suas capacidades físicas e mentais, com intuito de se apropriar dos “[...] recursos da

---

<sup>6</sup> Antunes (2001, p. 140) baseado em Lukács (1980) afirma que: “Com o aparecimento de formas mais complexificadas de práxis social, as *ações interativas*, estas acabam assumindo uma supremacia frente aos níveis inferiores, ainda que estes continuem permanentemente sendo à base da existência daquelas. É exatamente nesse sentido que Lukács define-as como *posições teleológicas secundárias*, em relação ao sentido originário do trabalho, das *posições teleológicas primárias*, que tem o um estatuto ontológico fundante. A autonomia das posições teleológicas é, por isso, *relativa* quanto à sua estruturação original. As relações existentes entre a ciência, a teoria, e o trabalho podem ser mencionadas como exemplo: mesmo quando ambas (ciência e teoria) atingem um grau máximo de desenvolvimento, de auto-atividade e de autonomia em relação ao trabalho, elas não podem desvincular-se completamente do seu ponto de origem, não podem romper inteiramente a relação de *última instância com a base originária*. (Lukács, 1981, p. 52). Por mais complexificadas e avançadas, a ciência e a teoria preservam vínculos com a busca das necessidades do gênero humano (que são [...] [...] determinadas pelo sistema de metabolismo societal dominante). Estrutura-se uma relação de vinculação e autonomia com sua base originária (idem, p. 51). Por meio do trabalho erige-se uma relação autêntica entre teleologia e causalidade, onde a primeira altera a configuração da segunda e vice-versa”.

*natureza, imprimindo forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais”* (p.211). Por conta disso, a história humana vai sendo construída ao longo do tempo enquanto totalidade complexa cada vez saturada de determinações, mediações e contradições.

A partir do trabalho, inúmeras outras ramificações sociais desdobram-se e se ramificam, às vezes como “[...] *germes já existentes no seu interior (caso da linguagem, da educação, da ciência, etc.), surgem inúmeras outras dimensões, de modo que o ser social é sempre um complexo articulado que inclui a dimensão fundante e um conjunto de outros campos da atividade humana*” (TONET, 2005, p.132)<sup>7</sup>. Daí que se pode falar em *centralidade do trabalho enquanto fundamento do ser social*, a qual coloca o homem no controle de suas próprias forças produtivas, mas que contraditoriamente, pode levar homens a desenvolver certas tarefas que, num determinado contexto histórico, pode suprimir a vontade individual. O ápice desse processo contraditório, como expôs Marx, se dá no *modo de produção capitalista*, período em que a *apropriação privada, a divisão social do trabalho e a extração de mais-valor* expressam a *negatividade e o caráter aprisionador* imposto pela dinâmica dialética do processo de desenvolvimento social, representada na subalternização do trabalho às leis fetichistas da acumulação/expansão do capital (MARX, 2013).

Na contemporaneidade, as inúmeras transformações da relação capital x trabalho devido à mundialização (e crise estrutural) do capital (CHESNAIS, 1996; MÉSZÁROS, 2002) expõe uma *nova morfologia* do trabalho, a qual tem na *classe-que-vive-do-trabalho* sua expressão mais significativa (ANTUNES, 2001; THOMAZ Jr, 2011). Nesta nova conformação envolvendo trabalho, capital espaço (e território), as novas (e múltiplas) determinações imanentes a este processo revelam certos traços fundamentais da relação capital x trabalho e seus rebatimentos sócio-espaciais e territórios, demonstrando assim a pertinência da centralidade do trabalho, bem como da teoria do *valor-trabalho*.

<sup>7</sup> Com relação a este aspecto, Lessa (2001, p. 15) expõe que: “Lukács argumenta que a transformação do real, no processo de reprodução social, requer necessariamente algum conhecimento do setor do real a ser transformado. Esta exigência de conhecimento do real posta pelo trabalho exhibe um duplo impulso à totalização que também não pode ser cancelado: 1) como o real é uma síntese de múltiplas determinações, o conhecimento de uma destas determinações remete, necessariamente, às relações que ela possui com as ‘outras determinações’, de tal modo que nenhum conhecimento de nenhum setor específico da realidade se esgota em si próprio, remetendo sempre à totalidade dos complexos ao qual pertence e, no limite, à totalidade do existente. 2) O segundo momento decorre da própria práxis social: como o indivíduo que adquire um dado conhecimento acerca da pedra e da madeira ao fazer o machado é o mesmo indivíduo que vai fazer a casa, construir uma enxada ou adorar aos deuses, o conhecimento da pedra e da madeira passa a ser explorado em sua capacidade de atender às necessidades postas em outros setores da práxis social, não necessariamente articulado com aquela objetivação que possibilitou tal conhecimento. Assim, o conhecimento adquirido em uma práxis específica pode, e é, remetido e utilizado em circunstâncias as mais diversas. É por meio destas mediações mais gerais que, segundo Lukács, a práxis social dá origem a uma série de complexos sociais que têm a função social de sistematizar os conhecimentos adquiridos em uma concepção de mundo que termine por fornecer, no limite, uma razão para a existência humana. É neste contexto que se desenvolvem o complexo social da ciência, da filosofia, da religião, da ética, da estética, etc.”

## II

Antunes (2008, p. 142), assinala que, “*É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se um ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas*”. Nesta perspectiva, o trabalho não é apenas processo no qual o homem regula e controla o seu intercâmbio com a natureza, cuja finalidade é transformar a matéria natural em algo útil à sua vida, mas também um *marco diferencial* que concretamente distingue o *ser natural* do *ser social*. Esse marco diferencial altera substancialmente a história mundial, pois coloca em primeiro plano um ser que, conscientemente, pode reconhecer-se dentro do processo histórico e, principalmente, poder interferir nos rumos deste processo. Na clássica elaboração de Marx, é assim posta a questão do trabalho enquanto marco diferencial:

Pressupomos o trabalho numa forma em que diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que existia idealmente (MARX, 2013, p. 255-256).

A capacidade humana de projetar na mente, de dar uma finalidade ao seu projeto e, portanto, agir criativamente no mundo, transformando a natureza para atender suas necessidades e, portanto, construindo história, via trabalho, faz do ser social um “[...] *complexo essencialmente distinto do mundo natural, por ter sua base numa ação conscientemente orientada para a modificação de uma determinada realidade*” (COSTA, 2012, p. 19). O que estabelece a distinção/diferença fundamental entre o trabalho realizado pelo ser natural e aquele realizado pelo ser social, é que este último pode atuar conscientemente livre. “*Enquanto a produção animal é dirigida pelos instintos naturais mais primitivos, o homem empreende sua ação de forma deliberada e consciente*” (SANTOS, 2009, p. 6). Marx explicita essa diferença nos manuscritos econômicos filosóficos:

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, o castor, a formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem produz a natureza inteira; [no animal], o seu produto pertence

imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto (MARX, 2006, p. 85).

O trabalho enquanto atividade produtivo-criativa possibilita ao homem sua existência e desenvolvimento enquanto ser social distinto dos outros animais. Essa diferenciação própria dos seres humanos é exemplificada de maneira clara por Luckács quando este autor trata do aspecto teleológico do trabalho. Santos (2009), resume as ideias de Luckács sobre a teleologia da seguinte maneira:

O caráter consciente da atividade produtiva do homem se revela na capacidade que este possui de antecipar em sua mente o resultado da ação que visa executar. A ação laborativa do ser humano tem a particularidade de ser a conformação objetiva de um fim que foi previamente ideado, o que Lukács chama de *pôr teleológico*. Devido à fundamental aliança entre inteligibilidade, consciência e operatividade o ser humano é o único ser da natureza capaz de agir de forma teleológica. Foi por meio dessa atividade posta conscientemente que o homem se afirmou no mundo como sujeito e imprimiu na natureza as marcas indelévels de seu poder (SANTOS, 2009, p. 8).

Por meio de atos teleológicos o homem é capaz de projetar em sua mente o resultado final do seu trabalho, imprimindo-lhe determinada finalidade. Noutros termos, “*O trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios*” (LUKÁCS *apud* ANTUNES, 2008, p. 143). Isso quer dizer que a teleologia é “[...] a construção, na consciência, do resultado provável de uma determinada ação” (LESSA, 2006, p. 2). É a “[...] antecipação na consciência do resultado provável de cada alternativa possibilita às pessoas escolherem aquela que avaliam como a melhor” (idem). Feita a escolha, o indivíduo a coloca em prática, ou seja, objetiva a alternativa escolhida e produz/cria algo novo.

Teleologia, no entanto, não significa um processo fechado ou num ato determinista e/ou finalista por si só. Ao contrário, há, apesar da aparente contradição, um entrelace dialético entre teleologia e causalidade, porque estas duas dimensões formam uma “*unidade dos contrários*” no interior do processo de trabalho, isso porque, na articulação entre estes dois planos “[...] o homem opera a síntese entre a prévia ideação (teleológica) e realidade natural (causalidade dada), dando origem a uma causalidade posta (ser social)” (COSTA, 2012, p. 19). E, “*Como somente o trabalho humano consciente pode realizar um novo começo e dar início a um novo processo de nexos causais, é verdadeiro também que a teleologia é uma categoria existente somente no âmbito do ser social e humano*” (SANTOS, 2009, p. 10). Nesse sentido, Lukács pontua:

Decisivo aqui é compreender que se está em face de uma duplicidade: numa sociedade tornada realmente social, a maior parte das atividades cujo conjunto

põe a totalidade em movimento é certamente de origem teleológica, mas a sua existência real – e não importa se permaneceu isolada ou se foi inserida num contexto – é feita de conexões causais que jamais e em nenhum sentido podem ser de caráter teleológico (LUKÁCS, 1981, p.6).

Inscrito nas entrelinhas do processo de trabalho, os atos teleológicos capacitam e dão ao ser social poder inventivo/criativo sobre a natureza. Essa “*capacitação substancialmente diferencial*” do ser social frente ao ser natural, mediada pelos atos teleológicos, possibilita ao homem construir uma vida material cada vez mais intrincada, com a ampliação do rol de novas objetivações que vinculam e contribuem para o surgimento de novas necessidades historicamente criadas. Podemos afirmar que há um acúmulo no tempo e no espaço destes atos teleológicos, que se materializam em objetos técnicos que servem e complexificam o processo social de trabalho, o metabolismo existente nesse processo também se modifica e se intensifica, sinergicamente.

Ao ser impelido a interferir na natureza, o homem que trabalha “[...] *utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meios para exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com a sua finalidade*” (LUKÁCS *apud* ANTUNES, 1995, p. 123). Há, portanto, uma relação de reciprocidade sócio-metabólica<sup>8</sup> entre homem/homem e homem/natureza, o que implica, por sua vez, num processo (des)contínuo de avanços e recuos para além de si, ou seja, para além do próprio processo de trabalho. Conforme Marx:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla o metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua própria corporeidade: seus braços, pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 255).

Nesse sentido, apesar (e por causa) de determinados atos teleológicos, “[...] *quanto mais se desenvolve o ser social, mais suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho*” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 53). Daí também o problema de certas correntes do pensamento que pressupõem uma natureza interna e outra externa ao homem, como se houvesse duas naturezas, sendo a externa vista como mero recurso.

---

<sup>8</sup> Conforme Marx: “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla o metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua própria corporeidade: seus braços, pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 2013, p. 255).

Dessa maneira, mesmo sabendo que alguns animais possam, porventura, exercer alguma atividade, ainda sim, seus atos estarão restringidos a processos instintivos<sup>9</sup>. Estes animais permanecem ainda “presos” à sua primeira natureza. Diferente do homem que, por meio do trabalho, pode, inclusive, submeter outros homens, por mais contraditório que isto seja. Por isso, pode-se dizer que a natureza adquiriu consciência de si mesma por meio do “homem-que-trabalha”<sup>10</sup>. Desta forma, transforma-se a natureza “natural” em *natureza racionalizada*.

Em suma, ao longo do decurso histórico movido pelo processo de trabalho, o homem conseguiu modelar-se como um ser social que: 1) *realiza atividades teleologicamente orientadas*; 2) *objetiva-se material e idealmente*; 3) *comunica-se e se expressa pela linguagem articulada*; 4) *trata suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente*; 5) *escolhe entre alternativas concretas*; 6) *universaliza-se*; e 7) *socializa-se* (NETTO; BRAZ, 2008, p. 51), tornando-se assim, um ser social livre.

### III

A realidade se faz na dinâmica das contradições. “*Consequentemente, para conhecer as causas de cada movimento é necessário identificar as contradições que o impulsionam*” (GERMER, 2009, p. 4). O desenvolvimento social, ancorado no processo de trabalho, é envolto por paradoxos, justamente porque este é um processo dinâmico-dialético guiado pela atividade concreta dos seres humanos mediante a produção da vida material em determinados contextos histórico-geográficos. Por isso, Konder (2012, p. 62), seguindo os passos de Marx, assinala que numa determinada fase histórica - o período marcado pelo predomínio do capital - “[...] o trabalho, no seu desenvolvimento começou a produzir excedente econômico apreciável, surgiram condições para que alguns homens se desligassem da produção”.

Evidentemente, o desenvolvimento do sistema do capital tem o seu “*lado positivo*”, pois possibilitou, por exemplo, impulsionar “[...] o desenvolvimento econômico, promovendo – através da evidente desumanidade – um surto de progresso na evolução do homem” (KONDER, 2012, p. 63). No entanto, a *bifurcação histórica do processo de trabalho*, a qual culminou no surgimento do capital, relegou-nos também, um “*lado negativo*”, terrivelmente trágico e desumanizador: “[...] a dilaceração do homem, o fracionamento da humanidade, a ruptura da comunidade espontânea, a destruição da unidade humana positiva” (idem, ibidem).

Do ponto de vista materialista, este processo objetivo, no qual as “[...] relações não são encaradas como intencionais, mas impostas por uma necessidade objetiva irresistível, que, neste caso, emana das

<sup>9</sup> Existem alguns animais que surpreendem por sua capacidade de exercer alguma atividade produtiva. Alguns até conseguem “pintar” quadros, “desenhar” etc., mas, na maioria dos poucos casos que isso acontece, geralmente eles receberam algum ensinamento de seres humanos.

<sup>10</sup> Expressão de Alves (2012)

*características materiais do processo de trabalho*”<sup>11</sup> (GERMER, 2009, p. 11). No entanto, esta não é uma objetividade determinista e/ou fechada, pois tal processo corresponde ao conjunto de práticas sociais concretas levadas a cabo ao longo do tempo por determinadas classes sociais que ao “adentrarem” o mundo do capital se relacionam aí por meio da forma-mercadoria, estando, portanto, envoltas no fetichismo da mercadoria. De maneira que, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que fazem a história, “[...] não a fazem como querem” (MARX, 2004b, p. 15). Isso implica em dizer que, em primeiro lugar, as relações de produção da vida material, de certa forma, independem da intencionalidade dos seres humanos, muito embora, paradoxalmente, eles próprios as produzam por meio do trabalho. E, em segundo lugar, esta objetividade espontânea, por estar dialeticamente articulada à subjetividade, não é um processo aleatório, “um rodopio louco”, mas sim um processo que tem um sentido, mesmo que este sentido escape ao nosso conhecimento.

Neste processo de constituição humana/social, a contingência histórica, em seu movimento dialético, “entra em cena”, de modo que as contradições e antagonismos ganham expressão, culminando numa forma de sociedade (capitalista) organizada com base em relações sociais estranhadas, reificadas e fetichizadas, justamente porque esta sociedade se assenta num modo de produção estruturado no antagonismo entre capital x trabalho, entre classes sociais distintas: *capitalistas e trabalhadores*, entre os que *possuem a propriedade privada dos meios de produção e os que não a possuem*.

No momento em que o capital entrou em cena constitui-se, de acordo com Moreira (2009, p. 34) “[...] uma diferença nítida e profunda entre os modos pré-capitalista (*sociedades naturais*) e capitalista (*sociedades históricas*) de produção”. Desta feita, a unidade orgânica entre homem e natureza, que era nítida nas sociedades anteriores, se transformou (MOREIRA, 2009). Com isso, o trabalho que antes tinha em primeiro plano a potencialidade determinante como *guia-mestra* da liberdade humana, tem sua *forma de ser* “bifurcada” em função das exigências do novo sistema em vigor.

Esta ruptura causada pelo surgimento histórico do capital demonstra como o processo de objetivação se dá de maneira dialética (aberta), pois exhibe o caráter de movimento contraditório e dinâmico (contínuo e descontínuo) que envolve a humanização. Desse modo, a ruptura própria do processo de desenvolvimento humano movida pela práxis-criativa do trabalho culminou,

---

<sup>11</sup> Como escreve Marx (1983 p. 24-25): “[...] na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral”.

segundo Mészáros, (2002) no aparecimento histórico das *mediações de segunda ordem* (incluindo aí, a *Entfremdung*<sup>12</sup> ou estranhamento<sup>13</sup>) correspondes ao aparato próprio do sistema do capital.

No momento em que a produção da vida material passou a estar pautada no modo de produção capitalista, dinamizado pela exploração de uma classe por outra, através da extração de mais-valor da *única mercadoria capaz de criar valor, o trabalho*, este último passou a ser a principal mola propulsora que alimenta o sistema do capital e, ao mesmo tempo, teve seu aspecto positivo relegado a um segundo plano sendo subsumido ao processo de acumulação de capital. O trabalho deixou de expressar um momento de troca orgânica entre homem e natureza, passando a orientar-se para a satisfação das necessidades sociais historicamente determinadas por uma forma de organização para a produção cuja lógica se resume em *“Produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor”* (MARX, 2013, p. 263).

Sob esta nova conformação, é evidente que o caráter prático-criativo do trabalho fica relegado a um segundo plano. Na realidade, os atos criativos agora servem ao capital. A liberdade de escolhas entre varias possibilidades como algo concreto deixa de ser algo que, do início ao fim, expressava uma dada necessidade e se transmuta num produzir mercadorias para serem trocadas no mercado por outras mercadorias. O trabalho, então, passa ser um mero apêndice, uma “engrenagem” que serve aos propósitos da lógica do capital. *Os sentidos o trabalho*, que antes eram a peça-chave no que tange ao recuo de suas barreiras naturais ficam obscurecido em meio aos imperativos do sistema.

Portanto, o surgimento histórico do capital relegou ao trabalho a característica deste ser comprando e vendido como uma mercadoria, de modo que esta dimensão (abstrata/parcial) foi universalizada (e naturalizada). Essa relação de compra e venda, assim como a transformação do trabalho em *trabalho assalariado/estranhado*, envolve outra relação, a da *propriedade privada dos meios de produção* e, mais precisamente de propriedade capitalista, por isso, Marx sublinha que *“só quando se entende o trabalho como essência da propriedade privada é que se pode penetrar o movimento econômico como tal em sua determinação real”* (MARX, 1974, p. 30).

---

<sup>12</sup> Este processo pode ser delineado da seguinte maneira: “[...] o desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente também o desenvolvimento das capacidades humanas, mas – e aqui emerge plasticamente o problema da alienação – o desenvolvimento das capacidades humanas não produz obrigatoriamente aquele da personalidade humana. Ao contrário: justamente potencializando capacidades singulares, pode desfigurar, aviltar, etc., a personalidade do homem” (LUKÁCS, 1981, p. 563).

<sup>13</sup> Utilizamos aqui o termo estranhamento, o qual, de acordo com Ranieri (2001) expressa um significado de negatividade, pois está organicamente articulado à propriedade privada.

## IV

Devido ao fato de que “[...] a riqueza da sociedade onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias” (MARX, 2013, p. 113), consubstanciada pela propriedade privada dos meios de produção atrelada a uma divisão do trabalho, ficou evidenciada a duplicidade do valor, que se bifurcou em duas dimensões: *de uso e de troca*. Isso porque, no modo de produção capitalista, a mercadoria apresenta duas características: Ela é, “[...] antes de tudo um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2013, p. 113). E, em segundo lugar, “[...] ela é objeto capaz de intercambiar-se com outros objetos, com outras mercadorias; ela é capaz de comprar outras mercadorias” (CARCANHOLO, 1993, p. 4).

Numa determinada sociedade, a sociedade do capital, a produção da riqueza social está subordinada/controlado/comandando pela *divisão social do trabalho* e pela *apropriação privada dos meios de produção*, por parte da classe capitalista. E é isso que, em essência, dá o caráter distinto a esta sociedade. De acordo com Marx (2013), na sociedade capitalista, em que opera a produção generalizada de mercadorias, o *valor de uso*, obrigatoriamente, deve ceder lugar ao *valor de troca* mediante a realização plena das exigências impostas pelo processo de produção de mercadorias. Em outras palavras, o capital, tem, na produção de mercadorias, um aspecto fundamental no que tange ao seu processo de acumulação.

Neste processo, o trabalho adquire também uma dupla dimensão (*concreta e abstrata*)<sup>14</sup>. A dupla dimensão do trabalho vincula-se a dupla dimensão que os valores exercem nas sociedades capitalistas, isto é, o *valor de uso* na forma de *trabalho concreto*, fica subsumido ao *valor de troca*, representado pelo *trabalho abstrato*, pois ao capital é essencial à sua realização que essa transformação/subsunção ocorra, facilitando assim a realização da mercadoria<sup>15</sup> e, portanto, do lucro e da acumulação (MARX, 2013). Assim:

O trabalho que cria valor de uso é o trabalho concreto (trabalho útil) [...] a criação de valores de uso é uma condição necessária à existência de qualquer sociedade, isso significa que toda sociedade exigirá trabalho concreto de seus membros. [...] Mas, ao examinarmos a mercadoria [...], constatamos que ela não

<sup>14</sup> Conforme Chagas (2011, p. 2): “Marx concebe o trabalho (*Arbeit*) na dimensão tanto positiva, sem fazer apologia ao trabalho estranhado (*entfremdete Arbeit*), assalariado, quanto negativa, sem negar indistintamente o trabalho. Por isso, é importante ressaltar que há em Marx a distinção e a íntima inter-relação de trabalho útil-concreto (*nützlich-konkrete Arbeit*) (positivo), ‘trabalho vivo’, que produz valor de uso (produto utilizável), indispensável à produção e reprodução humana, com trabalho abstrato (*abstrakte Arbeit*) (negativo), ‘trabalho morto’, ‘trabalho pretérito’, contido nas mercadorias, cujo principal fim é a criação de mais-valia, a valorização do valor, a reprodução e autovalorização do capital”.

<sup>15</sup> A realização da mercadoria, como demonstrou Marx na sua clássica fórmula (D – M – D’) esta diretamente relacionada à produção mercantil capitalista, no sentido que esta assenta-se na exploração da força de trabalho por meio da extração do mais-valor do proletariado que precisa vender a sua força e trabalho e ao capitalista em troca de uma parte do montante de mais-valor produzido pelo trabalhador.

é apenas valor de uso: é também valor de troca – e, para ser trocada, precisa ser comprada [...] quando o trabalho concreto é reduzido à condição de trabalho em geral; tem-se o trabalho abstrato. Na mercadoria encontramos, pois, simultaneamente trabalho concreto e trabalho abstrato – mas não se trata, obviamente, dois trabalhos: trata-se da apreciação do mesmo trabalho sob ângulos diferentes: do ângulo do valor de uso, trabalho concreto; do ângulo do valor de troca, trabalho abstrato (NETTO; BRAZ, 2011, p. 105).

No processo histórico que culmina com o modo de produção capitalista, o capital pode, portanto, transformar o *conteúdo da liberdade* contida no cerne do trabalho, subsumindo esta dimensão em prol da dimensão abstrata e estranhada do trabalho, representada pelo assalariamento de uma classe social específica, a qual tem obrigatoriamente que vender sua *força de trabalho* a outrem (o capitalista) para poder se reproduzir, *a classe trabalhadora*.

A constituição do modo de produção capitalista exigiu (exige), uma divisão do trabalho cada vez mais acentuada, ao mesmo tempo em exerceu (exerce) um controle social da força de trabalho em sua totalidade, haja vista que, de acordo com Marx (2013), a lógica do processo de *produção, distribuição, consumo, troca (circulação)* demanda organização (e cooperação) da força de trabalho em conjunto da sociedade, inclusive em escala mundial. Esses elementos estão relacionados à criação de valor (e mais-valor) na sociedade capitalista e, portanto, ao *tempo de trabalho socialmente necessário* (MARX, 2013).

Nessa “fusão” entre trabalho cooperado e tempo de trabalho socialmente necessário, a “[...] a ligação entre os diversos trabalhos autonomizados é dado pela troca de produtos entre proprietários privados, que constitui o ‘nexo’ social” (GRESPLAN, 2012, p. 46). Daí que, para o ser social a “[...] dependência recíproca e multilateral dos indivíduos indiferentes uns aos outros formam o seu nexo social” (idem, ibidem). Este nexo social se apresenta, portanto, de forma mediada entre os homens por relações de produção e troca de mercadorias num contexto histórico específico ao modo de produção capitalista.

Além disso, conforme Marx (2013), o excedente econômico produzido/gerado no processo de trabalho - mola propulsora da geração de mais-valor - precisa ser consumado (realizado) sob a lógica determinada segundo as exigências da expansão/acumulação do capital. A extração de mais-valor, um dos pilares do sistema, provém da exploração do trabalho. Isso porque, enquanto mercadoria especial no processo de reprodução do capital, a força de trabalho possui uma qualidade única: *ela cria valor*. Isto é, “[...] ao ser utilizada, ela produz mais-valor do que necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa. E é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 110). O segredo da exploração capitalista é que o “[...] o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca de sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro” (idem).

Sendo assim, a força de trabalho, enquanto elemento (mercadoria) especial dentro do processo de criação e valorização do capital acaba sendo reproduzida, ela própria, como uma mercadoria sob os auspícios da produção capitalista. O trabalho que deveria ser, em princípio, o aspecto da realização humana, libertando o homem das amarras da natureza, reduz-se, ao círculo vicioso de produção de mercadoria para (re)produção ampliada de capital, transformando assim, os seres sociais em objetos vendáveis e, portanto, estranhados dentro do processo produtivo pautado na generalização da produção de mercadorias (MARX, 2004). É por isso que, em face deste processo, a força de trabalho só tem importância no sentido de produzir valor. Passam a ter maior relevância às qualidades humanas abstratas, de modo que,

‘Não existem para o comerciante como tal e para o produtor, enquanto compradores de matéria-prima e de força de trabalho ou vendedores de produto, senão seres que possuem a mesma qualidade abstrata de homem, quer dizer, não existe senão o possível comprador e o possível vendedor, feita abstração de qualquer outra particularidade social’ (GOLDMANN *in*: KONDER, 2012, p. 131).

Nesta trama de relações sociais em que prevalece o aspecto abstrato do ser social, o trabalhador estranha-se: 1) *do produto de seu trabalho*; 2) *do ato de produção, no processo de trabalho, em que aquele é visto como uma atividade alheia que não lhe satisfaz por si mesma*; 3) *do seu ser genérico, já que o objeto do trabalho é a objetivação<sup>16</sup> da vida humana*; 4) *dos outros homens* (MARX, 2006, p. 115). O trabalho como atividade criadora vital subsume-se, uma vez que: “[...] *pressuposta a propriedade privada, minha individualidade se torna entranhada até tal ponto, que esta atividade se torna odiosa, um suplício e, mais que atividade, aparência dela*” (MARX *apud* ANTUNES, 2008, p. 146). Por consequência, “[...] *é também uma atividade puramente imposta e o único que me obriga a realizá-la é uma necessidade extrínseca, não a necessidade interna e necessária*” (idem).

A força de trabalho na sociedade capitalista limita-se a uma função específica: *a de produzir mais-valor para o capital*. A apropriação (capitalista) do mais-valor só se realiza no processo de produção e reprodução do capital, mas para isso o capital deve possuir e controlar tanto os meios de produção como a força de trabalho (MARX, 2013). Nessa relação entre *possuidores* (capitalistas) e *não-possuidores* (trabalhadores), uma relação que não é estritamente econômica, pois se ancora em outras esferas (política, jurídica, etc.), exclui-se a possibilidade plena de liberdade substancial do ser social. Isso porque, “[...] *o acesso à natureza não é distribuído de forma qualitativa e quantitativa entre as classes*” (CAMPOS, 2004, p. 53). Quem detém a propriedade privada dos meios de produção e a capacidade de comprar força de trabalho, detém o controle do excedente da natureza, isto é, a

<sup>16</sup> Objetivação é a transformação do real a partir de um projeto previamente idealizado na consciência. É uma mediação fundamental do complexo categorial do trabalho (LESSA, 2001).

riqueza social, produzida pela *classe-que-vive-do-trabalho*. Por isso, “*com propriedade privada evidencia-se o acesso desigual à natureza, que assume uma dimensão espacial*” (CAMPOS, 2004, p. 53). Com efeito, no capitalismo, tanto a *natureza* quanto o *trabalhado* ficam subsumidos à lógica do capital. O mesmo autor assevera: “*A separação entre o homem e a natureza, o fato da existência ser garantida apenas na medida em que é para a geração do capital e a determinação das relações de produção pelo trabalho abstrato, são fundamentos históricos, socioeconômicos da alienação*”. (idem).

Essa verdadeira subversão da realidade do processo de trabalho efetuada pelo capitalismo está indissolúvelmente articulada, 1) ao processo de exploração da força de trabalho, 2) ao processo de degradação ambiental e 3) ao uso (e controle) do espaço geográfico e do território pelo capital, em função transformação destes elementos em mercadoria. Segundo Moreira:

Como a produção pressupõe homens e natureza, a transformação da força de trabalho em mercadoria repete-se com a natureza, então. O acesso à natureza e seus recursos deve passar pelas relações mercantis, uma vez que sua apropriação pelo capital implica a eliminação de sua gratuidade natural entre os próprios homens. A incorporação dos homens e da natureza ao circuito das mercadorias é a base sobre a qual nasce e se expande o capitalismo, como condição necessária e suficiente. (MOREIRA, 2009, p. 34).

No entanto, o autor faz um apontamento importante:

Mas não é a mercadoria o objetivo do capital e sim a reprodução ampliada de si mesmo, em expansão permanente. A universalização da mercadoria, isto é, a transformação de tudo em mercadoria (homens e natureza em suas variadas formas) só é necessária porque a produção de mercadorias é o veículo da produção da mais-valia, e a realização desta (sua compra-venda) no lucro é o veículo da acumulação, o lucro que será reinjetado em novo ciclo de produção de mercadorias para a produção de mais mais-valia (MOREIRA, 2009, p. 34).

Portanto, como identificou Marx n’ *O capital*, a lógica deste sistema é implica na busca incessante por *mais-valor*<sup>17</sup>. Esta busca, no entanto, envolve o fato de que o “[...] *centro geográfico do problema é a relação homem-meio. E a forma espacial como esta relação existe*” (MOREIRA, 2009, p.33). Daí que, para o autor, o espaço geográfico, por estar organicamente vinculado à relação

---

<sup>17</sup> No entanto, “A produção da mercadoria, contudo, mascara a produção da mais-valia. Visto na sua aparência apresenta-se como um modo de produção movido pelo interesse do lucro. Mas o lucro é a mera forma que assume a mais-valia após sua realização no lucro na forma do dinheiro. A mercadoria, o lucro e o dinheiro são as aparências que assume a mais-valia. O trabalho produz mais-valia produzindo mercadorias. A mercadoria pela sua venda gera a transformação da mais-valia nela contida em lucro. O lucro se expressa em forma monetária e o dinheiro fecha um ciclo para abrir outro. A mais-valia na sua expressão monetária será reinjetada na produção (na forma de compra suplementar de força de trabalho, objeto e meios de trabalho), para geração de mais mais-valia. Reproduzir-se-á em escala ampliada o ciclo da reprodução do capital. Esta é a dialética do capital, seu móvel e objetivo: a acumulação... de capital” (MOREIRA, 2009, p. 42).

antagônica entre capital x trabalho, ser a materialização do processo dialético entre homem/sociedade e natureza na história.

Por conta disso, o “*Espaço da existência dos homens, numa sociedade dividida em classes sociais o espaço geográfico traz estampado esta estrutura em suas divisões e em seus arranjos. Um fato que a paisagem se encarrega de revelar*” (MOREIRA, 2009, p. 41). Nesse sentido, “*A reprodução do espaço aparece como resultado do processo de produção e reprodução do capital, que se realiza como capital adicional e que tem como condição de existência, a apropriação do trabalho alheio*” (CARLOS, 1992, p.18).

Trabalho, natureza e espaço geográfico estão subsumidos à lógica do capital. A organização desta “*tríade de primeira ordem*”, sob o domínio do capital foi (e está) estruturada de acordo com as necessidades e exigências inerentes ao sistema<sup>18</sup>, isto é, conforme o *processo de produção e reprodução do capital por meio da exploração do trabalho (e da natureza)*. Para que este processo fosse consumado, para que o capital se tornasse um sistema sociometabólico dominante, foi necessário que a *tríade fundamental (trabalho, natureza e espaço geográfico)* ficasse relegada a um papel secundário em função da imposição da *tríade de segunda ordem: capital, Estado capitalista e trabalho assalariado*. Esse processo está devidamente entrelaçado à dinâmica da *luta de classes, dimensão social conflituosa* que, por assim dizer, movimenta a sociedade capitalista.

## V

O espaço geográfico é a materialidade do processo do trabalho  
(MOREIRA, 2009)

De acordo com Moreira (2009, p. 38), “[...] o espaço geográfico é a materialidade do processo do trabalho”. Ou seja, para o autor, o espaço geográfico demarca a relação homem-meio na sua expressão historicamente concreta. O papel de mediador dialético do *espaço geográfico* se faz e se (refaz) mediante a práxis humana, que é sempre (re)construída materialmente pela ação consciente (ou não) dos indivíduos (e suas respectivas classes) num contínuo movimento dialético-contraditório. Isto que dizer que o espaço geográfico

[...] não é geométrico, não é ‘palco’, não é forma, mas sim relação dialética forma x conteúdo, continuidade x descontinuidade, construção x desconstrução, é a sociedade (re)produzindo e (re)definindo as funções

---

<sup>18</sup> Evidentemente, essa estrutura a serviço do capital pode ser desmontada, o que remete à questão das possibilidades de uma ruptura (revolucionária) cujo sentido seja o de erradicar o capital em sua inteireza, como expõe Mészáros (2002). Por isso, mesmo subsumidos aos imperativos destas mediações de segunda ordem, o trabalho, a natureza e o espaço geográfico, engendram potencialidades (e possibilidades) concretas que, somente com a destruição do sistema do capital, podem ser trazidas para o primeiro plano social.

das/nas formas concretas num determinado tempo histórico, é a historicidade da natureza do homem e da humanização da natureza territorializada (RIBAS; SANTOS; RIBEIRO; SOUZA, 1998, p. 115).

Sendo assim, é imprescindível não perder de vista a própria condição de dialeticidade que envolve a relação capital x trabalho (e espaço geográfico), pois é daí que se desdobra toda complexidade que envolve a totalidade social em que o espaço geográfico, que é “[...] *resultante/determinante dessas relações*” (MOREIRA, 2009, p. 33). Isto implica em dizer que, numa sociedade *capitalisticamente organizada*, “[...] *o espaço tem por conteúdo as relações entre essas classes. E organiza-se segundo estas estruturam seus modos de vida*” (MOREIRA, 2009, p. 41). Em outras palavras,

[...] a estrutura de classes da sociedade traduz-se como um espaço estruturado em classes, cada classe social se definindo por seu espaço próprio de existência. Mesmo onde os estratos entrecruzam-se, as diferenciações de classes são espacialmente visíveis. A corriqueira expressão ‘ponha-se no seu lugar’ com que o dominante refere-se ao dominado numa sociedade de classes tem clara significação espacial. Mas o próprio caráter de dominante-dominado contido na metáfora espacial ‘ponha-se no seu lugar’ revela que antes de uma diferenciação, a estrutura de classes tem uma base mais profunda na economia política vigente, manifesta na economia política do espaço. Como as lutas entre as classes exprimem-se como correlação de forças, que pode evoluir na direção da transformação das estruturas vigentes ou no sentido de mais ainda reafirmá-la, as classes em luta tudo fazem para trazer para si o papel de força orgânica do espaço, num confronto de espaço e contra-espaço (MOREIRA, 2009, p. 41).

Desse modo, o espaço geográfico “*faz a mediação*” da produção e reprodução do capital. Tal o modo de produção, tal será o espaço geográfico (MOREIRA, 2009). Um espaço geográfico que, justamente por ser produto de relações sociais pautadas da *luta de classes*<sup>19</sup> é sempre um espaço que expressa (com todas as mediações que aí existem) o movimento *dialético-contraditório*<sup>20</sup> dos agentes sociais antagonônicos se chocam da defesa de seus interesses. Nessa medida, o espaço pode ser entendido não como mero palco, mas sim como *elemento-ativo-mediador*, organicamente articulado à base fundante da vida material social. Nesse sentido, para Ribas; Santo; Ribeiro; Souza (1998):

<sup>19</sup> Para (MOREIRA, 2009, p 41-42): “Numa sociedade estruturada em classes, a exemplo da sociedade capitalista, o espaço tem por conteúdo as relações entre essas classes. E organiza-se segundo estas estruturam seus modos de vida”.

<sup>20</sup> Concordamos com a ideia que “[...] a Geografia se expressa enquanto organização do pensamento voltado à análise dialética do processo de ordenamento sócio-espacial, sendo a sua natureza o trabalho social, que na atual sociedade capitalista tem como essência a luta de classes: condição histórica concreta e intrínseca ao processo social geral das formações econômico-sociais. Consideramos que a Geografia visa compreender o movimento contraditório da *totalidade social*, por meio da sua espacialidade diferencial/localizada cuja manifestação inicial/primária é a dimensão perceptível-paisagística” (RIBAS; SANTOS; RIBEIRO; SOUZA, 1998, p.116 grifos nossos).

[...] o espaço geográfico deve ser compreendido como elemento/estrutura do processo de produção social e do controle da sociedade; como condição, consequência e síntese do próprio movimento da totalidade social e não um mero ‘palco’ de ações aleatórias, refletidas nas análises de sistemas, cuja unidade seriam um movimento mecânico e quantitativo. Sendo compreendido como um conjunto de objetos e processos (movimento contraditório) historicamente determinados, em que a essência é o movimento da totalidade social (síntese e soma/interação das ‘partes’ e sua pluridimensionalidade) calcada no trabalho social (físico e mental), imbricada à relação dialética ‘natureza/homem/história’ (RIBAS; SANTOS; RIBEIRO; SOUZA, 1998, p. 116).

Por ser um “*complexo de complexos*” dentro da totalidade social, o espaço geográfico não está imune às contradições e antagonismo sociais, engendrando também *positividade e negatividade*. Esta última pode ser exemplificada pela “[...] *transformação do próprio espaço em mercadoria, que impõe ao seu uso a existência da propriedade privada das parcelas do espaço*” (CARLOS, 1999, p. 186), que acentua a estratificação sócio-espacial e atenua a sociabilidade.

Dessa maneira, o espaço geográfico não está aquém da materialização dos processos que emergem continuamente no modo de produção capitalista e, mais precisamente da relação capital x trabalho. Na verdade, o espaço geográfico é “*síntese do próprio movimento da totalidade social*” (RIBAS; SANTOS; RIBEIRO; SOUZA, 1998, p. 116). Uma totalidade social movida por relações contraditórias e antagonicas entre *classes sociais*. É dentro desse movimento que o trabalho aparece como uma *categoria central da análise do processo espacial* (CARLOS, 1992).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período em atual de *mundialização* (CHESNAIS, 1990) e *crise estrutural* do capital (MÉSZÁROS, 2002), que se consolidou a partir das décadas de 1970 e 1980 através do modelo pautado da reestruturação produtiva (ALVEZ, 2000), colocou em cena “[...] *uma conjuntura de transformações territoriais, espaciais e sociais decisivas no âmbito da luta de classes*” (THOMAZ Jr, 2004, p. 9). Estas mudanças, portanto, estão devidamente entrelaçadas à dinâmica contraditória entre capital x trabalho e, por conseguinte, reverberam no espaço geográfico, ganhando expressividade nos territórios.

Em se tratando da *nova morfologia* da classe trabalhadora (ANTUNES, 2001), devidamente articulada ao próprio desenvolvimento e as exigências do capital atual, a classe-que-vive-do-trabalho, carrega em si as marcas desse processo, por isso sua composição se apresenta, cada vez mais, de forma *heterogeneizada e complexificada*, haja vista o fato da intensificação maciça da “[...] *subproletarização do trabalho, expressa nas formas de [trabalho] precário, parcial, temporário, autônomo, etc.*” (THOMAZ, jr, 2011, p. 115), formas subproletarizadas de trabalho que, nas atuais circunstâncias,

tem se tornando *parte constitutiva* da vida cotidiana da grande maioria da classe trabalhadora ao redor do mundo. E como, o espaço geográfico e território não estão desconectados desse processo, presume-se que, guardando as devidas proporções, os diferentes lugares expressem as marcas destas formas precárias de trabalho.

Vinculados a este processo de transformações contemporâneas no sistema do capital, novas determinações surgem no campo social. Exemplos factíveis nesse sentido são indicados por Harvey (2011), quando o autor analisa aquilo que ele chama de *acumulação flexível*. Processo este que tem em seu bojo a *reestruturação produtiva*, ambos responsáveis por significativas mudanças no *mundo do trabalho* (ALVES, 2000). A reestruturação produtiva, aliás, passou a ser *um determinante importante na reorganização sócio-espacial (e territorial) do trabalho*, pois em sua forma *toyotista*, tem acarretado profundas mudanças no processo produtivo do sistema. O que, em termos geográficos, se traduz na reorganização territorial calcado no modelo de produção do tipo toyotista (FERRARI, 2012). Não por acaso, sob os moldes da reestruturação produtiva, tem ocorrido um “[...] *processo de descentralização do toyotismo no mundo do trabalho, via multiplicação de postos de trabalho e empregos por fora do chão da fábrica*” (RIBEIRO, 2010, p. 74 grifo nosso), configuração esta que pode contribuir para significativos desdobramentos espaciais e territoriais (THOMAZ Jr, 2011).

Neste sentido, um exemplo, dentro os inúmeros possíveis<sup>21</sup>, que nos parece paradigmático do período em questão, é o notável processo de intensificação do *trabalho terceirizado* (DRUCK, 1999; DRUCK, 2007; MARCELINO, 2004; ANTUNES, 2007; ALVES, 2013). Neste caso, avanço das formas de trabalho terceirizado/subcontratado, sua relação e rebatimento no(s) território(s) merecem atenção<sup>22</sup>, haja vista que essa articulação parece decisiva num momento em que, segundo Silveira (2011), o aspecto circulatório do capital tem se tornando um atributo fundamental em tempos de acumulação flexível e reestruturação produtiva, de modo que, a nosso ver, o trabalho terceirizado pode ter um importante papel nesse processo ao propiciar, dentre outras coisas, uma maior dinâmica, principalmente no que se refere ao encurtamento das fases ligadas ao movimento circulatório do capital, como sinaliza Silveira (2011). Não obstante, é preciso atentar as consequências desse processo para os trabalhadores

---

<sup>21</sup> Em linhas gerais, Thomaz Jr (2011, p. 110-111), nos dá alguns exemplos nesse sentido: 1) a desproletarização do trabalho industrial fabril, típico do fordismo; 2) a ampliação do assalariamento no setor de serviços; 3) o incremento das inúmeras formas de subproletarização, decorrentes do trabalho parcial, temporário, domiciliar, precário, subcontratado, “terceirizado”; informal; 4) verifica-se, também, que todas essas formas que redimensionam a heterogeneização do trabalho têm, na crescente incorporação do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, expressão, em especial, quando se pensa em termos da expansão do trabalho precarizado, “terceirizado”, mas que fazem espacializar o conflito de classes e criam/constroem por dentro do mesmo conflito os territórios da resistência.

<sup>22</sup> Estamos tratando desses aspectos em nossa dissertação em andamento, cujo título é: “A terceirização no setor de transportes da empresa FIBRIA em Três Lagoas-MS”.

terceirizados, haja vista que a utilização cada vez acentuada de trabalho terceirizado vem, quase sempre, seguida pela precarização deste tipo de trabalho.

Portanto, a intensificação do trabalho terceirizado, é um dos exemplos da pluralidade de combinações, contradições e determinações que envolvem o mundo do trabalho na fase atual do sistema do capital. E como dito anteriormente, estas transformações reverberam “[...] *sobre o mundo do trabalho, em todas as suas expressões*” (THOMAZ Jr. 2011, p. 107), ao mesmo tempo em que revelam “[...] *as características espaciais e as expressões territoriais*” (Idem, p. 117).

Assim, mesmo com os impactos significativos das mutações no sistema do capital, evidenciadas tanto no âmbito do mundo do trabalho, com consequências espaciais e territoriais, a *centralidade do trabalho* se mantém como um dos *pilares fundamentais* do modo de produção capitalista, pois a força de trabalho, na ordem capitalista, por mais que está se transforme, será sempre explorada. Se as *formas de exploração* mudam com as transformações no sistema, o seu *conteúdo* permanece o mesmo, sendo muitas vezes, por meio das novas formas, ainda mais perverso e destrutivo para a classe-que-vive-do-trabalho (e para a natureza).

Dessa maneira, ainda que suas *formas de manifestação* sejam diversas, a centralidade do trabalho continua sendo um ponto de apoio imprescindível, tanto no que diz respeito à compreensão das articulações, mediações, contradições, antagonismos, etc., enfim, das relações entre capital x trabalho, natureza, espaço geográfico e território, quanto no que tange às possibilidades concretas de transformação (e superação) radical do sistema que ancora todas estas relações.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez. Ed.15ª: Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2001.

ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Terceirização e acumulação flexível do capital: Notas teórico-críticas sobre as mutações orgânicas da produção capitalista.** Revista Estudos de sociologia v16, n. 31. UNESP, 2011. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/4513/3960>>. Acesso e: 05/05/2013.

CAMPOS, Fabio Henrique. **A Indústria de Curtimento de Couro em Presidente Prudente: a Relação Sociedade-Natureza em Questão.** In: THOMAZ Jr; CARVALHAL, M. D.,

CARVALHAL, T. D. (Orgs.). Geografia e trabalho no século XXI. Vol. 2. Presidente prudente-SP: Editora Centelha, 2006.

CARCANHOLO, Reinaldo. **A Dialética da mercadoria: guia de leitura. / O Capital: ciclos, circulação e rotação.** Roteiro de estudo. In: Cadernos ANGE – Textos Didáticos, n ° 4. 2ª edição. Vitória-ES: ANGE, 1993.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). **Novos caminhos da Geografia.** São Paulo: contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Indústria.** 5º edição. São Paulo: Contexto, 1992.

CHAGAS, Eduardo. F. A. **A determinação dupla do trabalho em Marx: Trabalho concreto e trabalho abstrato.** Revista Outubro (São Paulo), v. 1, p. 1-14, 2011.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, Gilmaisa Macedo. **Indivíduo e sociedade: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

DRUCK, M. G. **Terceirização: Desfordizando A Fábrica - um estudo do Complexo Petroquímico.** Boitempo, 1ª ed.,1999.

\_\_\_\_\_. **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização.** São Paulo. Boitempo, 2007.

FERRARI, Terezinha. **A fabrilização da cidade e ideologia da circulação.** São Paulo: expressão popular, 2012

GERMER, Claus M. **Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social.** Revista Crítica Marxista, n.29, p.75-95, 2009.

GRESPLAN, J. **O negativo do capital.** São Paulo: Expressão popular, 2012.

LESSA, S. **Lukács e a ontologia: uma introdução.** Revista Outubro, São Paulo, n. 5, p. 83-100, jul./dez. 2001.

\_\_\_\_\_. **O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade.** Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 2, p. 20-33, CEAD – UNB, 2006.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 3. ed. Revista e ampliada. Ijuí: Unijuí, 2007.

LUKÁCS, Georg. Il lavoro. [trad. Ivo Tonet]. In: **Per l'ontologia dell'essere sociale .** Vol. 2, 1 ed. Roma: Editora Riuniti, 1981. (texto mimeog., s/d).

MARCELINO, Paula Regina. **A logística da precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil.** São Paulo-SP. Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

- \_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004a.
- \_\_\_\_\_. **O dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2004b.
- \_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.
- \_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- \_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Livro I
- \_\_\_\_\_. **Contribuição à Crítica da Economia Política**: São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 2009. 2ª. Ed.
- \_\_\_\_\_. **Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço trabalhado**. Revista Ciência Geográfica AGB Bauru-SP. Ano VI – Vol. II, nº 16 – Maio/agosto, 2000, p. 04-08.
- \_\_\_\_\_. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço**. São Paulo: Contexto, 2008.
- RIBAS, Alexandre Domingues; SANTOS, Dirceu Evaldo Pereira; RIBEIRO, Júlio César; SOUZA, Marcos Timóteo Rodrigues. **Marxismo e Geografia: Paisagem e Espaço Geográfico – Uma contribuição para o entendimento da sociedade contemporânea**. Disponível em: <<http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/ribasn21.pdf>>. Acesso em: 06/09/2013.
- RIBEIRO, Júlio César. **De como a Geografia pode contribuir para uma leitura no movimento, enquanto corpo teórico em movimento: breve releitura de teses marxista**. Revista Terra Livre. São Paulo/SP, ano 26, V.2, n.35, p. 69-88.
- SANTOS, Rone Eleandro. **Notas sobre a importância do trabalho na ontologia de Georg Lukács**. Revista Estudos Filosóficos, nº 2 /2009. DFIME – UFSJ - São João Del Rei MG, p. 86-100.
- SANTOS, M. **A natureza do Espaço. Técnica, tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 1996.2006.
- SILVEIRA, Márcio Rogério. Geografia da circulação, transporte e logística: construção epistemológica e perspectivas. In \_\_\_\_\_. SILVEIRA, Márcio Rogério (org.) **Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas**. São Paulo: Outras expressões, 2011.
- THOMAZ, Jr. **O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da “leitura” geográfica**. Revista Pegada - vol. 12 n.1, junho/2011.

\_\_\_\_\_. **A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI.** Geosul, Florianópolis, v. 19, n. 37, p 7-26, jan./jun. 2004.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana.** Ijuí: Unijuí, 2005.

TONET, I; NASCIMENTO, A. **Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política.** Maceió: 2006 (mimeo).